



CONCURSO PÚBLICO, DE PROVAS E TÍTULOS, PARA INGRESSO NA CARREIRA DE PROCURADOR MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE BETIM

PROCURADOR MUNICIPAL DE BETIM

LEIA COM ATENÇÃO AS SEGUINTE INSTRUÇÕES

1. Este caderno contém as questões da **Prova Objetiva**.
2. Use a Folha de Respostas (versão do Candidato) reproduzida ao final deste caderno apenas para marcar o Gabarito.
3. Ao receber a **Folha de Respostas da Prova Objetiva**:
 - Confira seu nome, número de inscrição e cargo.
 - Assine, **A TINTA**, no espaço próprio indicado.

4. **ATENÇÃO**: transcreva no espaço apropriado da sua **FOLHA DE RESPOSTAS**, com sua caligrafia usual, mantendo as letras maiúsculas e minúsculas, desconsiderando aspas e autoria, a seguinte frase:

“A única forma de vencer uma discussão é evitá-la.” Dale Carnegie

ATENÇÃO:

FOLHA DE RESPOSTAS SEM ASSINATURA NÃO TEM VALIDADE.

5. Ao transferir as respostas para a **Folha de Respostas**:

- 01 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D • use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- 02 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D • preencha, sem forçar o papel, toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão.
- 03 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D • assinale somente **uma** alternativa em cada questão.
- 04 ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D Sua resposta **NÃO** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou rasuras.

NÃO DEIXE NENHUMA QUESTÃO SEM RESPOSTA.

A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

ATENÇÃO: Período de Sigilo – Não será permitido ao candidato se ausentar em definitivo da sala de provas antes de decorridas 2 (duas) horas do início das provas. O candidato não poderá fazer anotação de questões ou informações relativas às suas respostas no Comprovante Definitivo de Inscrição (CDI) ou em quaisquer outros meios, que não os permitidos no Edital e especificados na capa da prova. O tempo de duração das provas abrange a distribuição das provas, a assinatura da Folha de Respostas e a transcrição das respostas do Caderno de Questões da Prova Objetiva para a Folha de Respostas. Os candidatos não poderão utilizar, em hipótese alguma, lápis, lapiseira, corretivos, borracha, lápis-borracha ou outro material distinto do constante no Edital. Será proibido, durante a realização das provas, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios, *paggers*, bipe, agenda eletrônica, calculadora, *walkman*, *notebook*, *palmtop*, gravador, transmissor / receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, podendo a organização deste Concurso Público vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos anteriormente citados. Durante o período de realização das provas, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitido o uso de livros, códigos, manuais, impressos, anotações ou quaisquer outros meios. O candidato poderá levar o seu Caderno de Questões da Prova Objetiva a partir dos últimos 60 minutos de prova. Ao término do prazo estabelecido para as provas, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine sua prova.

O Caderno de Questões e o Gabarito da Prova Objetiva serão divulgados no endereço eletrônico
<www.gestaodeconcursos.com.br> no dia subsequente a realização da prova.

DURAÇÃO MÁXIMA DA PROVA: 4 (QUATRO) HORAS

fundep
concursos

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno contém, ao todo, **60** questões de múltipla escolha, cada uma constituída de 4 alternativas de respostas, assim distribuídas e perfeitamente legíveis:

- 4 questões de **Língua Portuguesa**;
- 3 questões de **Teoria Geral do Direito**;
- 4 questões de **Legislação Municipal**;
- 6 questões de **Direito Administrativo**;
- 6 questões de **Direito Constitucional**;
- 6 questões de **Direito Processual Civil**;
- 6 questões de **Direito Tributário e Financeiro**;
- 5 questões de **Direito do Trabalho e Processual do Trabalho**;
- 5 questões de **Direito Civil e Empresarial**;
- 5 questões de **Direito Penal e Processual Penal**;
- 5 questões de **Direito Eleitoral**;
- 5 questões de **Direito Urbanístico e Ambiental**.

Havendo algum problema, informe **imediatamente** ao aplicador de provas para que ele tome as providências necessárias.

Caso não observe essa recomendação, não lhe caberá qualquer reclamação ou recursos posteriores.

INSTRUÇÃO: Leia o texto a seguir para responder às questões 1 e 2.

Vlogs literários no ambiente YouTube

Existe um universo de vídeos dentro da plataforma YouTube. A variação de vídeos se dá por conta de filmes, videoaulas, resenhas, vlogs e outros assuntos. Vídeos intitulados vlogs podem ser caseiros, amadores ou não, feitos por qualquer pessoa que tenha em sua posse uma câmera, acesso à internet e uma temática, como ressaltam Bezerra e Santos (2014). O internauta se dispõe a contar para a câmera o que quer que seja. Então, como protagonista, o vlogueiro apresenta o vídeo, filmando a si próprio falando sobre alguma temática. Os vlogs são variantes de blogs, cujo conteúdo é feito em forma de vídeo.

Conforme Bezerra e Santos (2014), antes os conteúdos de cunho pessoal eram escritos em forma de texto e postados na web e em páginas de blogs. Os autores salientam que “o hábito de pegar uma câmera, fazer um vídeo e postá-lo na internet é anterior ao surgimento do YouTube e, até mesmo, ao da nomenclatura vlog.” (BEZERRA; SANTOS, 2014, p. 4). Dornelles (2015) esclarece que os vloggers ou vlogueiros são produtores de vídeos denominados também de *produtores*, que se referem a produtores de conteúdos, e fazem parte do grupo de internautas que aumentam o número de conteúdo multimídia.

Dornelles (2015, p. 8) diz que os internautas “criam canais alternativos para expor suas ideias, opiniões e visão do mundo. Cada internauta torna-se autor, narrador e protagonista da própria história.”

Para qualquer um desses sentidos, existem extensões, e os vlogs, por sua vez, funcionam como extensão da visão e da audição humanas ao proporcionarem as mais variadas construções e representações de sentido, além da facilidade para propagação de ideias (BEZERRA; SANTOS, 2014, p. 5).

Assim, os vlogs literários funcionam como a extensão dos vlogueiros literários ou booktubers, que querem expandir o alcance das críticas, resenhas, análises e indicações de livros. Esses vídeos podem ser feitos da mesma forma que um vlog de assuntos gerais, porém a temática gira em torno de literatura, livros, resenhas, críticas literárias, tratando sempre do tema no ramo da literatura. A linguagem direta e informal contida nos vlogs literários é um atrativo para a visualização desses vídeos pelos internautas, pois, “além de mais ‘interativos’, os sujeitos estão se tornando mais visuais do que verbais.” (SIBILIA, 2008, p. 48). Segundo Dornelles (2015, p. 102), o fenômeno vlog no YouTube é uma das frentes de produção que vem abrindo espaço na preferência do espectador, talvez por se tratar de um formato informal e acessível.

Sua principal característica é a temática do universo dos livros e da literatura. O vlogger, então, pode, por meio desses vídeos, dispor-se a contar para as câmeras sua opinião acerca de uma determinada obra, levando em conta a experiência de leitura, analisando-a de forma

lúcida e tendo o devido cuidado para não dar spoiler do livro lido. Os vlogs literários podem ou não ser vinculados a um canal de literatura do YouTube.

PEREIRA, Gleice; GUIMARÃES, Rachel Cristina Mello; SANTOS, Gilcelene Pereira dos. Vlogs literários no ambiente YouTube. In: **Vlogs literários**: o incentivo à leitura por meio da mídia social digital Youtube. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/33109>. Acesso em: 30 abr. 2022.

QUESTÃO 1

Com base na construção textual, assinale a alternativa correta.

- A) A postagem de vídeos na Internet se deu graças à criação do Youtube, conforme a narrativa textual, porque, antes, havia exclusivamente textos verbais nos *blogs*.
- B) A sequência expositiva predomina no texto, o qual apresenta uma linguagem clara e precisa, sem que o locutor faça um juízo de valor sobre o tema em foco.
- C) A sequência descritiva do texto aborda o fato de as pessoas serem cada vez mais verbais, o que estimula a produção de vídeos em que os *booktubers* se comunicam.
- D) O emprego de citações no interior do texto denota, por parte das autoras, incerteza e insegurança quanto à sequência injuntiva, à temática tratada e às fontes.

QUESTÃO 2

De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa, em relação ao emprego da vírgula, à classificação das orações de acordo com a análise sintática dos períodos compostos, à sinonímia ou à grafia das palavras em conformidade com o Novo Acordo Ortográfico, assinale a afirmativa correta.

- A) Em “A variação de vídeos se dá por conta de filmes, **videoaulas**, resenhas, vlogs e outros assuntos”, a palavra em destaque devia ter sido grafada com hífen, seguindo o mesmo princípio que as palavras extra-escolar, auto-aprendizagem,
- B) Em “Então, como **protagonista**, o vlogueiro apresenta o vídeo, filmando a si próprio falando sobre alguma temática”, o termo em destaque pode ser substituído pela palavra “figurante”, sem haver alteração do sentido original do período.
- C) Em “Dornelles (2015, p. 8) diz que os internautas ‘criam canais alternativos para expor suas **ideias**, opiniões e visão do mundo[...]’”, a palavra em destaque é grafada seguindo o mesmo princípio que as palavras assembleia, heroico, paranoico.
- D) Em “Assim, os vlogs literários funcionam como a extensão dos vlogueiros literários ou booktubers, **que querem expandir o alcance das críticas**”, a vírgula separa a oração em destaque classificada como uma oração subordinada adverbial concessiva.

QUESTÃO 3

Considerando os mecanismos de coesão textual, assinale a alternativa em que a afirmativa acerca da conexão entre as partes do texto é incorreta.

- A) “Há qualquer coisa de especial nisto de botar a cara na janela em crônica de jornal – eu não fazia isso há muitos anos, enquanto me escondia em poesia e ficção. Crônica algumas vezes também é feita, intencionalmente, para provocar. Além do mais, em certos dias mesmo o escritor mais escolado não está lá grande coisa.”

(LUFT, L. **Pensar é transgredir**. Rio de Janeiro: Record, 2004. Adaptado).

Os pronomes *nisto* e *isso* remetem ao termo *botar a cara na janela em crônica de jornal*, sendo que o primeiro estabelece uma relação catafórica, e o segundo, uma relação anafórica com esse termo.

- B) “Qualquer que tivesse sido seu trabalho anterior, ele o abandonara, mudara de profissão e passara pesadamente a ensinar no curso primário: era tudo o que sabíamos dele. O professor era grande, gordo e silencioso, de ombros contraídos.”

(LISPECTOR, Clarice. **A legião estrangeira**. São Paulo: Ática, 1977. p.11.)

O pronome possessivo *seu* e o pronome pessoal reto *ele* antecipam o substantivo *professor* em um processo catafórico.

- C) “Eu darei sempre o primeiro lugar à modéstia entre todas as belas qualidades. Ainda sobre a inocência? Ainda, sim. A inocência basta uma falta para a perder; a modéstia só culpas graves, só crimes verdadeiros podem privar. Um acidente, um acaso podem destruir aquela, a esta só uma ação própria, determinada e voluntária”

(GARRET, Almeida. **Viagens na minha terra**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1969. p.58.)

O pronome demonstrativo *aquela* retoma o substantivo *modéstia*, e o pronome demonstrativo *esta* recupera a palavra *inocência*, em um processo anafórico.

- D) “Há um morcego voando de madrugada pela rua Montenegro. Sempre depois de duas horas, nunca depois de quatro. Escolhe entre janelas abertas e penetra em quartos de moças, para lhes chupar o sangue. Faz isso de leve, sem acordar a vítima.”

(ANDRADE, Carlos D. de. **Contos Plausíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Adaptado)

Os verbos do texto têm o mesmo referente, explícito no primeiro período do trecho e elíptico nos períodos seguintes, mas facilmente depreendido no contexto.

QUESTÃO 4

Leia o texto a seguir.

Uma palavra latina pode gerar mais de uma palavra portuguesa?

Tanto a palavra *sino* quanto a palavra *signo* têm o mesmo étimo: vêm de *signum*. Da mesma forma, tanto *sina* quanto *senha* vêm de *signa*. O mesmo se pode dizer de *desenhar* e de *designar*, que vêm de *designare* bem como de *resenhar* e *resignar*, que vêm de *resignare*. Esses pares são chamados de formas divergentes, isto é, uma única palavra latina pode originar duas ou mais palavras na mesma língua. [...] A palavra latina *planus* origina formas divergentes em português: *plano*, *chão*, *piano* (empréstimo do italiano, como redução da palavra pianoforte, com menção às duas dinâmicas musicais) e *porão* (forma semierudita, com mudança semântica, referindo-se ao chão nivelado desse aposento).

VIARO, Eduardo. **História das Palavras**. Disponível em: <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Historia-das-palavras.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022 [Fragmento].

Ao analisar a construção desse texto, constata-se que, nele, predomina a função

- A) expressiva da linguagem porque, a partir da pergunta título, o autor explana, de modo subjetivo e pessoal, a questão da etimologia de alguns vocábulos.
- B) fática da linguagem porque o autor interrompe a linearidade comunicativa, para verificar a compreensão do leitor quanto à etimologia de palavras.
- C) conativa da linguagem porque o autor tem como propósito apelar e convencer o leitor quanto a origem latina de palavras da língua portuguesa.
- D) metalinguística da linguagem porque o autor recorre à língua-objeto para se expressar acerca de aspectos etimológicos dessa língua.

TEORIA GERAL DO DIREITO

QUESTÃO 5

Considere as seguintes acepções da lei.

- I. Aquela em que falta à lei alguma característica de conteúdo, como a generalidade ou a força impositiva.
- II. Aquela que abrange o direito escrito como um todo, incluindo, no Brasil, a medida provisória e o decreto.

As noções expressas nos itens I e II são, respectivamente, acerca da lei

- A) ilegítima e substantiva.
- B) em sentido formal e em sentido amplo.
- C) de ordem pública e de ordem privada.
- D) em sentido estrito e em sentido amplo.

QUESTÃO 6

Na lição de Del Vecchio, a relação jurídica pode ser definida como um vínculo entre pessoas, por força do qual uma pode pretender um bem a que a outra é obrigada.

JÚNIOR, Ferraz; SAMPAIO, Tércio. **Introdução à Ciência do Direito**. p. 536.

Sobre a relação jurídica, é correto afirmar:

- A) O fato gerador é invariavelmente uma ação humana.
- B) Na hipótese de uma relação jurídica representada pela exigência de tributo municipal, o contribuinte é um dos sujeitos da relação.
- C) Consistindo no dever de exigir algo de alguém, não há relação jurídica sem conteúdo patrimonial.
- D) Toda relação jurídica é de direito público, porque envolve o poder do Estado de impor a norma jurídica.

QUESTÃO 7

Analise as afirmativas a seguir sobre a eficácia da lei.

- I. Salvo disposição em contrário, a lei começa a vigorar em todo o país 45 dias após sua publicação oficial.
- II. A nova lei que estabelece disposições gerais ou especiais a par das já existentes revoga a lei anterior.
- III. Salvo disposição em contrário, a lei revogada não restaura a lei revogada por ter perdido vigência.

Segundo o que dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) I, II e III.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

QUESTÃO 8

Sobre as normas previstas na Lei Orgânica do Município de Betim, assinale a alternativa incorreta.

- A) Todos têm o direito de requerer e obter informação sobre projetos do Poder Público, a qual será prestada no prazo máximo de 15 dias, ressalvada aquela cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do município, nos termos da lei.
- B) Ao município compete organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- C) A autorização legislativa, na alienação e na concessão administrativa ou como direito real, requer o voto da maioria dos membros da Câmara.
- D) A administração fazendária e seus servidores fiscais não poderão ter qualquer precedência sobre os demais setores administrativos.

QUESTÃO 9

Suponha que um determinado cidadão tenha questionado administrativamente a Taxa de Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos do município de Betim, incidente sobre um imóvel de sua propriedade.

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Betim e com o Código Tributário Municipal (Lei Municipal nº 1.948, de 28 de dezembro de 1989), a referida taxa não poderá ser exigida do contribuinte se:

- A) a cobrança da taxa tiver sido realizada juntamente com o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) incidente sobre o imóvel do contribuinte.
- B) o imóvel do contribuinte for não edificado, ainda que localizado em logradouro alcançado pelo serviço público de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos.
- C) o contribuinte não tiver utilizado, efetivamente, o serviço público de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, em razão de estar residindo em outra localidade.
- D) o contribuinte demonstrar que a referida taxa extrapolou o custo total estimado dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, do exercício anterior.

QUESTÃO 10

Suponha que Ricardo tenha sido nomeado para o cargo de Procurador do Município de Betim. De acordo com as normas previstas na Lei Municipal nº 2.886, de 24 de junho de 1996, que dispõe sobre o “Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura de Betim”, e na Lei nº 884, de 12 de fevereiro de 1969, que estabelece o “Estatuto dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Betim”, é incorreto afirmar:

- A) A movimentação de Ricardo, na carreira, dar-se-á por meio de progressão e promoção.
- B) Ricardo gozará, obrigatoriamente, 30 dias consecutivos de férias por ano, de acordo com a escala organizada pela chefia e comunicada a ele.
- C) Ricardo pode participar de gerência ou administração de empresa comercial ou industrial, exceto sociedade de economia mista ou empresa pública.
- D) Caso Ricardo seja convocado para o serviço militar ou outros encargos de segurança nacional, será concedido licença com vencimento.

QUESTÃO 11

Acerca da política de proteção, preservação, conservação, controle e recuperação do meio ambiente e de melhoria da qualidade de vida no município de Betim, prevista pela Lei Municipal nº 3.274, de 20 de dezembro de 1999, analise as afirmativas a seguir e assinale com V as verdadeiras e com F as falsas.

- () Agente poluidor é toda e qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente, cause ou possa causar poluição.
- () A Política Municipal de Meio Ambiente tem, entre seus objetivos específicos, o de regular o transporte, o manuseio e a armazenagem de produtos e resíduos perigosos.
- () Ao município, na gestão da política ambiental, compete exigir licenciamento ambiental para o planejamento, instalação e operação de atividades, produção e serviços de qualquer natureza que, potencial ou efetivamente, possam causar degradação ambiental.
- () O produto da arrecadação de multas previstas na legislação ambiental constitui um dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente.

Assinale a sequência correta.

- A) V F F F
- B) F V V V
- C) F F V F
- D) V V F V

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 12

É incorreto afirmar que, por meio do decreto, o Chefe do Poder Executivo pode expedir

- A) atos normativos denominados regulamentos.
- B) medidas com força de lei, exceto quanto às matérias de competência privativa do Poder Legislativo.
- C) normas relativas a matérias de competência privativa do Chefe do Poder Executivo.
- D) normas sobre a organização e funcionamento da administração federal, desde que não implique aumento de despesa, nem criação ou extinção de órgãos públicos.

QUESTÃO 13

Lei Orgânica de determinado município estabelece, em favor dos respectivos servidores municipais, alguns direitos, como adicional por tempo de serviço e licença para tratar de interesses particulares, os quais vão além daqueles direitos já previstos na Constituição Federal em favor dos servidores públicos.

De acordo com a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que o estabelecimento desses direitos na Lei Orgânica Municipal

- A) é inválido, caracterizando inconstitucionalidade, por afrontar a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.
- B) é válido, desde que tais direitos tenham previsão na Constituição do Estado-Membro da Federação no qual se localiza o município em questão.
- C) é válido, desde que tais direitos tenham previsão na Lei Federal nº 8.112/1990 (Estatuto dos Servidores Públicos).
- D) é válido, por ser atribuição própria dos municípios, em face da autonomia político-administrativa garantida aos municípios pela Constituição de 1988.

QUESTÃO 14

Conforme a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), a data-base para reajustamento de preço contratual deve ser vinculada à data

- A) da apresentação da proposta.
- B) da assinatura do contrato.
- C) da publicação do contrato.
- D) do orçamento estimado.

QUESTÃO 15

Conforme a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), são previstas as seguintes formas de publicidade do edital de licitação ou seu extrato:

- I. Divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- II. Divulgação e manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial do ente federativo do órgão ou entidade responsável pela licitação ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles.
- III. Publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles.
- IV. Publicação de extrato do edital em jornal diário de grande circulação.

A respeito dessas formas de publicidade, é correto afirmar:

- A) São obrigatórias as formas indicadas nos itens I, II e III, e facultativa a forma indicada no item IV.
- B) São obrigatórias as formas indicadas nos itens I e II, e facultativas as formas indicadas nos itens III e IV.
- C) São obrigatórias as formas indicadas nos itens I, III e IV, e facultativa a forma indicada no item II.
- D) São obrigatórias as formas indicadas nos itens III e IV, e facultativas as formas indicadas nos itens I e II.

QUESTÃO 16

Considere as medidas a seguir.

- I. Parcelamento ou edificação compulsórios.
- II. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo.
- III. Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.

O proprietário de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, é notificado pelo município, para que promova o adequado aproveitamento da propriedade, com base na legislação municipal e federal.

Em caso de descumprimento dessa determinação, o proprietário fica sujeito, sucessivamente, às medidas indicadas nos itens

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III.

QUESTÃO 17

De acordo com as normas gerais que regem as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, o procedimento destinado a selecionar uma dessas organizações para firmar uma das referidas parcerias denomina-se:

- A) Chamamento público.
- B) Concurso de projetos.
- C) Credenciamento.
- D) Procedimento de manifestação de interesse social.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 18

Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- A) Os Tribunais de Justiça estaduais poderão exercer o controle concentrado de constitucionalidade de leis municipais, quando em confronto com as Constituições Estaduais.
- B) A ação direta de inconstitucionalidade é o instrumento de controle concentrado de constitucionalidade adequado para a impugnação de norma municipal em face da Constituição.
- C) É admitida a intervenção de terceiros no processo de ADI, bem como a manifestação de outros órgãos ou entidades.
- D) A Constituição Federal admite o controle de constitucionalidade de leis municipais em abstrato pelo STF mediante ação direta.

QUESTÃO 19

Com relação aos tributos de competência municipal, assinale a alternativa incorreta.

- A) Segundo o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, não cabe à legislação municipal o estabelecimento do sujeito passivo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).
- B) Mediante lei, os Municípios poderão atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) a terceira pessoa que esteja vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação.
- C) Os Municípios e o Distrito Federal possuem competência para instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, uma vez que possui caráter *sui generis*, diferente de imposto e de taxa.
- D) A cobrança do imposto municipal devido por transmissão de bens imóveis por ato *inter vivos*, a título oneroso, compete ao Município em que está situado o imóvel.

QUESTÃO 20

O prefeito de determinado Município pretende enviar à Câmara Municipal um projeto de lei que vise à regulamentação da exploração de gás canalizado pelo Município. O projeto é antes enviado à procuradoria para a elaboração de parecer.

Nesse caso, o procurador deverá elaborar parecer atestando

- A) a inconstitucionalidade da medida, uma vez que, nos termos da Constituição Federal, compete exclusivamente à União a exploração dos serviços de gás canalizado, sendo vedada a edição de medida provisória para sua regulamentação.
- B) a constitucionalidade da medida, uma vez que é competência privativa dos Municípios a regulamentação da exploração dos serviços de gás canalizado.
- C) a constitucionalidade da medida, pois que a competência é concorrente entre os entes federados.
- D) a inconstitucionalidade da medida, haja vista que, nos termos da Constituição Federal, cabe aos Estados a exploração direta ou mediante concessão, dos serviços de gás canalizado, na forma da lei, sendo vedada a edição de medida provisória para sua regulamentação.

QUESTÃO 21

Com relação às Súmulas do Supremo Tribunal Federal, analise os itens a seguir.

- I. O ICMS não incide sobre alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras e é constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- II. É inconstitucional a incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis e são inconstitucionais o parágrafo único do art. 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário.
- III. É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário e a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas, viola o disposto no art. 206, IV, da Constituição Federal.

Com relação aos itens, pode-se afirmar:

- A) I e II estão corretos.
- B) II e III estão corretos.
- C) II está incorreto.
- D) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 22

Sobre a intervenção dos Estados nos Municípios, analise as afirmativas a seguir.

- I. A intervenção é medida excepcionalíssima, sendo taxativo o rol de possibilidades elencado no artigo 35 da CRFB/88.
- II. A prática de improbidade administrativa grave cometida pelo prefeito constitui motivo de intervenção do Estado no Município, nos termos da lei.
- III. A não aplicação do mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde é motivo que enseja tal intervenção.
- IV. O Estado poderá intervir nos seus Municípios para prover a execução de lei estadual, ordem ou decisão judicial, bem como para garantir o livre exercício de qualquer dos poderes.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) I, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) I e III, apenas.

QUESTÃO 23

Acerca da desapropriação de imóveis, analise as afirmativas a seguir.

- I. Segundo a Constituição Federal, no que diz respeito à política de desenvolvimento urbano executada pelo Poder Público municipal, as desapropriações de imóveis urbanos deverão ser realizadas mediante prévia e justa indenização em dinheiro.
- II. É possível a desapropriação de imóvel pelo Município, quando decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização. Nesse caso, a indenização poderá ocorrer com pagamento em títulos de dívida pública.
- III. Toda desapropriação de bem imóvel pelo Poder Público deve ser precedida de prévia e justa indenização em dinheiro. Assim, a imissão na posse pela administração pública somente poderá ser realizada depois do pagamento da indenização.
- IV. Conforme previsão constitucional, o Poder Público Municipal poderá penalizar o proprietário de imóvel urbano que descumprir a função social urbana. As penalizações serão, sucessivamente, o IPTU progressivo, o parcelamento ou a edificação em caráter compulsório e a desapropriação-sanção.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) I, II, III e IV.
- B) II, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) II e III, apenas.

QUESTÃO 24

A respeito das regras aplicáveis aos processos em que a Fazenda Pública figure como parte, analise as afirmativas a seguir.

- I. A decisão interlocutória que antecipa a tutela jurisdicional em desfavor da Fazenda Pública está sujeita ao duplo grau de jurisdição, nos termos do art. 496 do Código de Processo Civil, não produzindo efeitos senão depois de confirmada pelo Tribunal.
- II. No cumprimento de sentença que impuser à Fazenda Pública o dever de pagar quantia certa, esta será intimada na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução, por meio de embargos, que serão distribuídos por dependência, autuados em apartado e distribuídos com cópias das peças processuais relevantes, podendo a Fazenda arguir qualquer matéria de defesa.
- III. Estão excluídas da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos.
- IV. Caso a parte, mesmo dispondo de um título executivo extrajudicial, opte por ajuizar ação de conhecimento em face da Fazenda Pública para a cobrança da obrigação, incorrerá em falta de interesse de agir e inadequação da via eleita.
- V. A sentença que condena o município ao pagamento de quantia líquida e certa não estará sujeita ao reexame necessário se estiver fundada em entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou em súmula de tribunal superior.

Nesse contexto, estão corretas as afirmativas

- A) I e IV, apenas.
- B) I e V, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III e V, apenas.

QUESTÃO 25

Um homem trabalha como gerente de um supermercado e todos os dias vai de bicicleta para o trabalho. Certo dia, quando estava a caminho do supermercado, foi atingido por um veículo pertencente ao município de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, afetado à Secretaria de Educação. Por conta do acidente, permaneceu oito meses internado, chegando a entrar em coma. Logo após sua alta, ajuizou ação indenizatória em face do município de Belo Horizonte, pleiteando indenização pelos danos materiais e morais sofridos. A sentença julgou os pedidos procedentes, condenando o ente público ao pagamento de indenização arbitrada em montante equivalente a 300 (trezentos) salários mínimos.

A partir do caso apresentado, assinale a alternativa correta.

- A) A sentença está sujeita à remessa necessária, por ser a condenação superior a 100 (cem) salários mínimos, embora o advogado do autor possa desde logo iniciar a fase de cumprimento de sentença, procedendo à execução provisória da condenação.
- B) A sentença está sujeita à remessa necessária, por ser a condenação superior a 100 (cem) salários mínimos, ficando o advogado do autor impedido de requerer o cumprimento de sentença.
- C) A sentença não está sujeita à remessa necessária, uma vez que a condenação foi inferior a 500 (quinhentos) salários mínimos, que é o limite aplicável ao caso. Não havendo recurso por parte do município, e, após o trânsito em julgado, poderá o advogado do autor promover o cumprimento de sentença em face do município.
- D) A sentença proferida contra município que seja capital do estado estará sempre sujeita à remessa necessária. Mesmo antes do trânsito em julgado, poderá o advogado do autor promover o cumprimento de sentença, em caráter definitivo, em face do município.

QUESTÃO 26

Considere que um homem ajuizou ação de execução, fundada em título executivo extrajudicial, em face do município de Betim – Minas Gerais, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

A respeito das regras aplicáveis ao procedimento, assinale a alternativa correta.

- A) O processo deverá ser extinto, uma vez que não se admite execução de título extrajudicial contra a Fazenda Pública.
- B) O município de Betim terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para opor embargos à execução.
- C) Caso o município deixe de opor embargos, expedir-se-á precatório ou requisição de pequeno valor, conforme o caso, em favor do exequente.
- D) Nos embargos à execução, o município somente poderá alegar matérias de ordem pública relacionadas a questões como prescrição, excesso de execução ou ilegitimidade.

QUESTÃO 27

Oficina de Consertos e Reparos Ltda., enquadrada como empresa de pequeno porte, ajuizou ação indenizatória, de baixa complexidade probatória, em face do município de Belo Horizonte – MG, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). A ação foi ajuizada perante a Justiça Comum, segundo o rito ordinário, mesmo em Belo Horizonte havendo um Juizado Especial da Fazenda Pública.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- A) Em se tratando de causa cujo valor é inferior a 60 salários mínimos, pode o autor da ação optar pelo procedimento ordinário ou pelo procedimento sumaríssimo, não estando obrigado a ajuizar a demanda perante o Juizado Especial da Fazenda Pública.
- B) A ação foi acertadamente distribuída, uma vez que a Lei nº 12.153, de 2009, não admite que pessoas jurídicas de direito privado figurem como parte no Juizado Especial da Fazenda Pública.
- C) As ações indenizatórias, de qualquer natureza, estão expressamente excluídas da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, razão pela qual a ação foi corretamente distribuída pela sociedade empresária.
- D) A ação deverá tramitar no Juizado Especial da Fazenda Pública, cuja competência é absoluta no foro onde estiver instalado.

QUESTÃO 28

Donizetti Pires, residente e domiciliado no município de Betim – Minas Gerais, impetrou *habeas data* com o objetivo de assegurar o conhecimento de informações relativas à sua pessoa junto à Prefeitura Municipal.

Quanto ao *habeas data*, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997, que disciplina o seu rito processual, assinale a alternativa correta.

- A) Da sentença que nega o *habeas data* cabe recurso de agravo de instrumento.
- B) Cabe *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais, ainda que se trate de informações de uso privativo do órgão ou entidade produtora ou depositária das informações, e, ainda que não tenha havido prévia recusa de informações ou omissão por parte da autoridade administrativa.
- C) Tanto o procedimento administrativo para acesso a informações e retificações de dados e para anotação de justificção, quanto a ação de *habeas data* ocasionarão a incidência de custas, administrativas ou processuais, respectivamente, de responsabilidade do solicitante ou impetrante.
- D) Da sentença que conceder ou negar o *habeas data* cabe recurso de apelação.

QUESTÃO 29

Um funcionário público da prefeitura de Betim resolveu indagar sobre a possibilidade de criação de iniciativas, no âmbito da administração pública, voltadas à prevenção e à resolução administrativa de conflitos. Indagou ainda sobre a possibilidade de adoção de procedimentos de mediação no âmbito da administração pública e sobre a possibilidade de autocomposição de conflitos envolvendo pessoas jurídicas de direito público.

A esse respeito, assinale a alternativa que contempla a orientação correta a ser dada.

- A) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não podem participar de procedimentos de mediação de conflitos em razão dos interesses indisponíveis que representam.
- B) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito dos respectivos órgãos da Advocacia Pública, onde houver, com competência para dirimir conflitos entre órgãos e entidades da administração pública. A submissão do conflito às câmaras é facultativa e será cabível apenas nos casos previstos no regulamento do respectivo ente federado, excluindo-se da competência das referidas câmaras a prevenção e a resolução de conflitos que envolvam equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados pela administração com particulares.
- C) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito dos respectivos órgãos da Advocacia Pública, onde houver, com competência para dirimir conflitos entre órgãos e entidades da administração pública, bem como para avaliar a admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de composição, no caso de controvérsia entre particular e pessoa jurídica de direito público.
- D) É possível a autocomposição de conflitos em que seja parte pessoa jurídica de direito público. Todavia, a instauração de procedimento administrativo para a resolução consensual de conflito no âmbito da administração pública não suspende a prescrição.

QUESTÃO 30

Sobre taxas e contribuição de melhoria, e com base na doutrina majoritária e no entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa incorreta.

- A) Para o STJ, os serviços de água e esgoto são remunerados por tarifa ou preço público, razão pela qual eventual repetição de indébito se sujeita ao prazo prescricional do Código Civil e não do CTN.
- B) É possível a instituição de contribuição de melhoria quando estiver finalizada apenas parte da obra.
- C) A pavimentação e o asfaltamento, embora não ensejem o pagamento de taxa, pois o serviço não é específico e divisível, podem ensejar a cobrança de contribuição de melhoria.
- D) Segundo o STJ, não é possível a fixação de base de cálculo de contribuição de melhoria mediante a utilização de montantes presumidos de valorização.

QUESTÃO 31

Sobre a sucessão tributária, assinale a alternativa correta.

- A) A responsabilidade dos sucessores se aplica aos créditos tributários definitivamente constituídos, aos em fase de constituição e aos posteriormente constituídos à data do ato ou do fato de que decorre a sucessão, desde que, nesse último caso, se refiram a obrigações anteriores a esses atos.
- B) Em processo de falência, o produto da alienação judicial de empresa, filial ou unidade produtiva isolada permanecerá em conta de depósito à disposição do juízo de falência pelo prazo de um ano, contado da data de alienação, somente podendo ser utilizado para o pagamento de créditos extraconcursais ou quirografários.
- C) No que toca à sociedade que eventualmente resultar da fusão, não há aplicação de sucessão e relação aos tributos, justamente por se tratar de pessoa que inexistia à época da ocorrência dos fatos geradores.
- D) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, independentemente de apresentação de prova de sua quitação.

QUESTÃO 32

Considerando os dispositivos constitucionais sobre finanças públicas, orçamento e seus princípios, assinale a alternativa incorreta.

- A) O Brasil, a partir da Lei das Normas Gerais de Direito Financeiro (Lei nº 4.320/64), passou a adotar o chamado orçamento-desempenho, que, superando o paradigma anterior, funda-se no estabelecimento de metas e cumprimento de objetivos, com base em planejamento de ações governamentais.
- B) O intervalo de tempo em que se estimam as receitas e se fixam as despesas no orçamento é de um ano, coincidente com o exercício civil. Isso está ligado à periodicidade necessária à elaboração e à avaliação de planos de governo, bem como ao estabelecimento de metas e prioridades.
- C) O princípio da exclusividade do orçamento impede que se insiram nas leis orçamentárias matérias estranhas ao próprio orçamento, como, por exemplo, a criação de cargos.
- D) O princípio da unidade visa a impedir a coexistência de orçamentos paralelos, determinando que haja somente uma peça orçamentária, por meio da qual apresente uma visão de conjunto de receitas e despesas de cada um dos entes políticos.

QUESTÃO 33

Sobre despesas públicas e conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal e julgados do STF, assinale a alternativa incorreta.

- A) É pressuposto de toda despesa pública não apenas a indicação da fonte respectiva de financiamento, mas também a autorização do Poder Legislativo.
- B) Os municípios podem fixar na Lei Orgânica os valores e percentuais mínimos a serem aplicados anualmente em ações e serviços públicos de saúde.
- C) A expansão de ação governamental, que acarrete aumento de despesa, deve necessariamente estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entra em vigor e nos dois subsequentes.
- D) Diante da impossibilidade de se prever com precisão todas as receitas e todas as despesas que se sucederão no exercício subsequente, a LOA poderá conter, além dos créditos orçamentários, os chamados créditos adicionais.

QUESTÃO 34

Sobre a competência constitucional em matéria tributária, é incorreto afirmar:

- A) A competência para instituição do ISS é municipal e do ICMS é estadual.
- B) A competência tributária é indelegável, inalienável, imprescritível, irrenunciável e inalterável.
- C) A isenção equivale à incompetência tributária para instituir tributos sobre determinados fatos geradores, estando regulada na Constituição Federal.
- D) A competência para instituição do ITR é da União, mas a capacidade poderá ser transferida aos municípios que optarem pela arrecadação e fiscalização desse tributo, nos termos da lei.

QUESTÃO 35

Sobre a extinção do crédito tributário, é correto afirmar:

- A) De acordo com o Código Tributário Nacional, não podem ser mencionadas, expressamente, como modalidades de extinção do crédito tributário a “novação” (extingue a obrigação tributária mediante a criação de uma outra que substituirá a primeira) e a “confusão” (quando na mesma pessoa se confundem a qualidade de credor e devedor).
- B) Em determinado município em que a legislação tributária do IPTU não fixe data do vencimento para o pagamento do imposto, se um contribuinte for notificado em maio de 2008 para o pagamento do IPTU de 2008 e não houver prazo previsto no corpo da notificação, poderá ele efetuar o pagamento até 31 de dezembro de 2008.
- C) Após resposta à consulta tributária formulada por contribuinte, a Administração poderá alterar o entendimento nela expresso, sendo que a nova orientação atingirá, apenas, os fatos geradores que ocorram após dada ciência ao consultante ou após a sua publicação pela Imprensa Oficial.
- D) No caso de pagamento de tributo a maior, o sujeito passivo tem direito à restituição do tributo indevidamente recolhido ou pago a maior, mediante a prova do erro e protesto, obedecido o prazo legal de cinco anos a contar do recolhimento.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

QUESTÃO 36

Lara ficou afastada do trabalho pelo prazo de 90 (noventa) dias em razão de acidente sofrido durante sua jornada de trabalho, que lhe gerou incapacidade laboral total e temporária e, por conseguinte, o direito ao recebimento de auxílio-doença na modalidade acidentária. O acidente foi reconhecido por seu empregador, que chegou a emitir a respectiva Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT.

Sobre a situação descrita, assinale a alternativa correta.

- A) Trata-se de hipótese de interrupção contratual, e o empregador está obrigado a realizar os depósitos do FGTS pelo período respectivo.
- B) Trata-se de hipótese de suspensão contratual, e o empregador está obrigado a realizar os depósitos do FGTS pelo período respectivo.
- C) Trata-se de hipótese de suspensão contratual, e o empregador está desobrigado a realizar os depósitos do FGTS pelo período respectivo.
- D) Trata-se de hipótese de interrupção contratual, e o empregador está desobrigado a realizar os depósitos do FGTS pelo período respectivo.

QUESTÃO 37

Eduarda foi contratada como designer gráfica em determinada empresa Ltda., para trabalhar quatro vezes por semana, de segunda-feira a quinta-feira, totalizando 32 horas semanais de trabalho. Sua jornada, contudo, é intercalada: às segundas e às quartas cumpre horário das 14h às 22h; às terças e às quintas cumpre horário das 08h às 16h.

A empregadora não permite que Eduarda usufrua de intervalos de descanso e alimentação, bem como não firma qualquer contrato de compensação de jornada (individual ou coletiva).

Diante dessa narrativa, analise as assertivas a seguir.

- I. Eduarda não possui horas extras a serem reclamadas.
- II. Eduarda possui direito a 1 hora extra por dia de trabalho, em função dos intervalos de descanso não concedidos.
- III. Eduarda possui direito a 2 horas extras por semana de trabalho, em função dos intervalos entre jornadas não respeitados.
- IV. Eduarda possui direito a 4 horas extras por semana de trabalho, em função dos intervalos entre jornadas não respeitados.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) I, apenas.
- B) II e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) IV, apenas.

QUESTÃO 38

A análise da natureza da relação jurídica que envolve o litígio é elemento essencial para a definição das regras de competência aplicáveis ao Direito Processual do Trabalho.

Sobre as regras de competência em razão da matéria, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar, exceto:

- A) As ações que envolvam o exercício do direito de greve.
- B) As ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.
- C) A execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, da Constituição da República e seus acréscimos legais, não quitadas ao longo do contrato de trabalho.
- D) Os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.

QUESTÃO 39

Segundo as regras de sucessão e representação processual aplicáveis à seara do Direito Processual do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- A) O óbito do trabalhador, no curso do processo, implica extinção processual, passível de ser declarada de ofício pelo magistrado.
- B) O óbito do trabalhador, antes do ajuizamento da ação, não impede a propositura da reclamação trabalhista pelo espólio, representado pelo inventariante, salvo em relação ao dano de natureza extrapatrimonial, cujo titular exclusivo era o falecido.
- C) O óbito do trabalhador, antes do ajuizamento da ação, não impede a propositura da reclamação trabalhista pelo espólio, representado pelo inventariante, inclusive em relação ao dano de natureza extrapatrimonial, cujo titular exclusivo era o falecido.
- D) O óbito do trabalhador, no curso do processo, implica extinção processual, desde que mediante requerimento do reclamado.

QUESTÃO 40

O tema da terceirização trabalhista sofreu mudanças substanciais nos últimos anos, seja em função de alterações legislativas, seja em função de julgamentos dos tribunais superiores.

Sobre terceirização, especialmente no âmbito da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- A) A prestação de serviços com pessoalidade e subordinação a órgão pertencente à Administração Pública Direta, por trabalhador terceirizado, enseja a formação de vínculo de emprego reconhecível judicialmente.
- B) A responsabilidade subsidiária da Administração Pública não decorre do mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.
- C) Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem solidariamente pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas da prestadora de serviços, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666, de 21.06.1993.
- D) Aos empregados da empresa prestadora de serviços terceirizados são garantidas as mesmas condições dos empregados da empresa tomadora, independentemente do local em que o trabalho for executado.

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

QUESTÃO 41

Desejando iniciar uma atividade empresarial sozinho, ou seja, sem sócios, João procurou um advogado para se aconselhar.

O advogado deve sugerir que João adote o seguinte tipo de empresa / sociedade:

- A) Eireli
- B) Sociedade limitada unipessoal
- C) Sociedade por quotas de responsabilidade limitada
- D) Sociedade em comandita simples

QUESTÃO 42

Aberta a sucessão provisória do ausente, seu único filho não tinha como prestar caução de restituição.

Diante disso, assinale a alternativa correta.

- A) O juiz mandará um terceiro administrar os bens em nome do herdeiro.
- B) Os bens serão redistribuídos para os herdeiros da categoria subsequente.
- C) Um fiador deverá ser aceito como garantia bastante.
- D) Os bens serão entregues ao filho, que não necessita prestar caução.

QUESTÃO 43

Uma pessoa comprou um carro de um médico, amigo seu. Após a tradição, verificou que o carro possuía um defeito no motor.

Entre outras opções, o que essa pessoa poderá fazer?

- A) Intentar ação para redibir o contrato, de acordo com o Código Comercial.
- B) Mover ação *quantum minoris*, segundo o Código do Consumidor.
- C) Propor ação redibitória, segundo o Código Civil.
- D) Nada poderá fazer, uma vez que se trata de vício oculto.

QUESTÃO 44

Determinado contrato de locação continha cláusula, segundo a qual o locatário deveria apresentar um fiador, como pré-requisito para a celebração da avença. Ocorre que o locatário não apresentou o fiador, e o contrato acabou sendo celebrado assim mesmo. Os aluguéis foram pagos, mês a mês, religiosamente. Depois de sete meses, o locador exigiu que o locatário apresentasse um fiador, sob pena de despejo.

A atitude desse locador,

- A) em princípio, poderia ser questionada, configurando caso típico de *venire contra factum proprium*.
- B) em tese, não poderia ser questionada, por se tratar tipicamente de *surrectio*.
- C) definitivamente, não poderia ser questionada, por não consistir em ato ilícito, mas de exercício regular de direito legítimo.
- D) eventualmente, poderia ser questionada, por se tratar de ato ilícito (art. 186, CC).

QUESTÃO 45

Constituem justo título, para efeito de usucapião ordinária, exceto:

- A) Escritura pública ou particular de compra e venda.
- B) Sentença no juízo divisório.
- C) Sucessão aberta.
- D) Escritura particular de doação, sem a assinatura do transmitente.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 46

Dois guardas municipais que se encontravam em serviço em uma praça pública visualizaram um indivíduo à distância entregando um pequeno invólucro plástico para terceira pessoa e recebendo de volta um pequeno envelope. Realizaram a abordagem de um dos indivíduos e, após a busca pessoal, encontraram com ele uma pequena quantidade de droga e uma certa quantia em dinheiro. Foi dada voz de prisão em flagrante delito ao indivíduo pelo crime de tráfico de drogas, detendo-o e conduzindo-o à presença de autoridade policial. A autoridade policial, ratificando a voz de prisão em flagrante delito, procedeu a lavratura do auto de prisão em flagrante delito.

A detenção e a ratificação da voz de prisão realizadas, conforme o entendimento atualmente pacificado perante o Superior Tribunal de Justiça,

- A) são ilegais, pois não havia situação de flagrância delitiva, já que o delito não estava sendo praticado no momento da detenção.
- B) são ilegais, pois as Guardas Municipais não exercem atividade policial e, portanto, não podem efetuar prisão em flagrante delito.
- C) são legais, pois qualquer pessoa pode deter outra que se encontrar em situação de flagrância delitiva.
- D) a voz de prisão é legal, sendo ilegal a sua ratificação, pois o crime de tráfico de drogas é de menor potencial ofensivo e a autoridade policial deveria lavrar termo circunstanciado de ocorrência.

QUESTÃO 47

Considere que um agente, pretendendo matar a vítima, efetua contra ela diversos disparos com arma de fogo. Embora tenha descarregado a arma, por má pontaria, não conseguiu atingir a vítima com nenhum disparo. A vítima consegue fugir do local ilesa.

Na hipótese, em relação à tipicidade do fato, ocorreu

- A) tentativa impossível.
- B) desistência voluntária.
- C) tentativa branca.
- D) tentativa cruenta.

QUESTÃO 48

Dois indivíduos, um funcionário público municipal e outro não funcionário público, invadem durante a noite uma escola pública e, de lá, subtraem computadores e equipamentos eletrônicos diversos. Para ingressar no local, o funcionário público obteve, por meio de seu cargo, as chaves do local, permitindo que entrassem na escola e realizassem a subtração. O agente não funcionário público tinha conhecimento de que seu comparsa exercia função pública e que dela se aproveitou para a execução da subtração.

Na hipótese,

- A) o agente funcionário público praticou crime de peculato-furto, e o agente não funcionário público praticou crime de furto.
- B) os dois agentes praticaram crime de peculato-furto.
- C) os dois agentes praticaram crime de furto.
- D) os dois agentes praticaram crime de peculato-desvio.

QUESTÃO 49

A sentença condenatória pelo crime previsto no art. 317, *caput*, do Código Penal aplicou a pena concretizada em 03 (três) anos de reclusão. Foi estabelecido o regime aberto desde o início de execução. Satisfeitos os requisitos legais, foi substituída a pena de prisão pelas penas restritivas de direitos de prestação pecuniária e de prestação de serviços à comunidade.

Sobre a suspensão dos direitos políticos da pessoa condenada, conforme o entendimento pacificado perante o Supremo Tribunal Federal,

- A) por se tratar de efeito obrigatório da condenação, a sentença condenatória automaticamente impõe a suspensão dos direitos políticos do condenado.
- B) por se tratar de efeito facultativo da condenação, a sentença condenatória deve impor motivadamente a suspensão dos direitos políticos do condenado.
- C) por ter sido substituída a pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos, a suspensão de direitos políticos não pode ocorrer no caso.
- D) por ter sido aplicada pena privativa de liberdade inferior a quatro anos, a suspensão dos direitos políticos não pode ocorrer no caso.

QUESTÃO 50

Um funcionário público, no exercício de suas funções públicas, sugere a um particular que poderia deixar de praticar um ato que o prejudicaria caso fosse efetuado o pagamento de uma determinada quantia em dinheiro. O particular não aceita a proposta feita, tendo o funcionário público praticado o ato de ofício devido no caso.

A conduta do funcionário público

- A) não tem tipicidade.
- B) tem tipicidade como crime de concussão.
- C) tem tipicidade como crime de corrupção passiva.
- D) tem tipicidade como crime de corrupção ativa.

DIREITO ELEITORAL

QUESTÃO 51

É correto afirmar que são princípios do Direito Eleitoral, segundo José Jairo Gomes (2020), sem debate na doutrina e jurisprudência:

- A) Princípio democrático, soberania popular, republicano, sufrágio universal, legitimidade das eleições, moralidade para o exercício de mandato, probidade administrativa, igualdade ou isonomia, pluralismo político e liberdades de expressão e informação.
- B) Anualidade ou anterioridade, igualdade política entre os partidos políticos e legitimidade das eleições.
- C) Transparência do processo eleitoral, direito a voto, moralidade e fidelidade partidária.
- D) Igualdade e isonomia de representação entre cidadãos e partidos políticos.

QUESTÃO 52

Quanto ao Fundo Eleitoral, aplica-se a contagem em dobro dos votos dados a mulheres e pessoas negras para a Câmara dos Deputados para fins de distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e da destinação proporcional de recursos para as candidaturas de pessoas negras.

De acordo com essa afirmativa, é correto afirmar:

- A) O fundo eleitoral integra o fundo partidário.
- B) Os recursos do FEFC integram o fundo partidário e não estão vinculados ao Orçamento Geral da União.
- C) De acordo com a Resolução que dispõe sobre arrecadação e gastos de campanha, verbas do Fundo Eleitoral que não forem utilizadas nas campanhas deverão ser devolvidas ao Tesouro Nacional.
- D) As verbas do Fundo Eleitoral que não forem utilizadas nas campanhas não serão devolvidas ao Tesouro Nacional.

QUESTÃO 53

Para fins de registro de candidatura, pode o juiz eleitoral aplicar, de ofício, teste de verificação de grau de alfabetização de candidato?

- A) Não, caso já seja reconhecido o exercício anterior de cargo eletivo.
- B) Não, uma vez que o teste visa apenas à verificação de inelegibilidade.
- C) Sim, resguardada a dignidade da pessoa humana.
- D) Não, uma vez que o interessado apresentou documentos assinados.

QUESTÃO 54

Quanto aos institutos de federalização de partidos políticos e coligações de partidos políticos (entendimento a partir da nova redação ao § 1º do artigo 17, da CF), pode-se afirmar:

- A) São institutos que se equivalem.
- B) Sobre esse tema, tem-se como fundamento a nova redação do § 1º do artigo 17 da CR/88, que reafirma as normas de disciplina e fidelidade partidária e a lei nº 9.096/95 em seu art. 2º, que dispõe sobre partidos políticos e informa que é “livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos cujos programas respeitem a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana”.
- C) Como as coligações, a partir do fim da verticalização, as federações de partidos não têm especificada a sua duração.
- D) A duração das federações de Partidos Políticos é de 6 anos.

QUESTÃO 55

Quanto à propaganda eleitoral para o pleito de 2022, é correto afirmar:

- A) O impulsionamento de conteúdo na internet não está permitido a partir da pré-campanha, mesmo que não caracterize o disparo em massa.
- B) As empresas cadastradas ou não na Justiça Eleitoral poderão realizar o impulsionamento de propaganda eleitoral, uma vez que é necessário identificar quem contratou os serviços.
- C) Está proibida a veiculação de propaganda com o objetivo de degradar ou ridicularizar candidatas e candidatos, a divulgação ou compartilhamento de fatos sabidamente inverídicos ou gravemente descontextualizados que atinjam a integridade do processo eleitoral.
- D) Não estão autorizadas para o pleito de 2022 entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet.

DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL

QUESTÃO 56

A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as diretrizes gerais a seguir, exceto:

- A) Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.
- B) Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.
- C) Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social.
- D) Garantia da ocupação urbana irrestrita, mediante a livre iniciativa de edificação, como instrumento da função social das cidades.

QUESTÃO 57

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a competência para instituir as diretrizes para o desenvolvimento urbano, incluindo a habitação, saneamento básico e transportes urbanos, pertence à(aos)

- A) União.
- B) Estados e Distrito Federal.
- C) Municípios.
- D) União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

QUESTÃO 58

Conforme estabelece o Estatuto da Cidade, sobre o plano diretor é incorreto afirmar:

- A) O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.
- B) É aprovado por lei municipal, sendo considerado instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.
- C) É obrigatório para as cidades com mais de 15 mil habitantes.
- D) O plano diretor deve englobar o território do município como um todo.

QUESTÃO 59

O Órgão competente para o licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental de âmbito nacional é o

- A) Conama.
- B) Ibama.
- C) Sisnama.
- D) Conselho Estadual de Meio Ambiente.

QUESTÃO 60

São considerados importantes princípios do Direito Ambiental, exceto:

- A) Princípio da Prevenção.
- B) Princípio da Precaução.
- C) Princípio da Verticalização Ambiental.
- D) Princípio da Participação Pública.

FOLHA DE RESPOSTAS

(VERSÃO DO CANDIDATO)

1	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
2	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
3	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
4	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
5	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
6	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
7	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
8	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
9	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
10	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
11	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
12	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
13	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
14	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
15	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
16	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
17	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
18	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
19	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
20	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐

21	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
22	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
23	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
24	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
25	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
26	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
27	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
28	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
29	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
30	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
31	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
32	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
33	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
34	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
35	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
36	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
37	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
38	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
39	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
40	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐

41	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
42	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
43	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
44	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
45	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
46	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
47	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
48	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
49	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
50	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
51	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
52	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
53	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
54	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
55	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
56	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
57	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
58	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
59	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐
60	A	B	C	D
	☐	☐	☐	☐

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS,
OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.

ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.